HUGO CHAVEZ: PRESENTE!

Os estudantes brasileiros se solidarizam com o povo venezuelano e lamentam juntos o falecimento do Presidente da Venezuela Hugo Chávez. Entendemos que seu governo e sua liderança fortaleceram a luta antiimperialista e contribuiu para posicionar a América Latina como pólo de resistência às políticas neoliberais. Chávez foi o principal responsável por uma mudança profunda na sociedade venezuelana ao diminuir as desigualdades, ampliar os direitos sociais, combater os monopólios econômicos e contribuir para o enterro da ALCA. No campo da educação, a Venezuela pode ser orgulhar em ser o único país da América do Sul livre do analfabetismo e um dos poucos com livre acesso à universidade.

Estamos confiantes de que o povo venezuelano terá sabedoria e capacidade de luta para superar este momento de profunda dor e seguirá no caminho da libertação, justiça, democracia e paz. O legado de Chávez atravessará os séculos pela sua força e sua raiz popular e por sua contribuição decisiva para a luta dos povos latino-americanos por sua emancipação. Lamentamos agora, mas seguimos na luta.

Hugo Chavez: Presente! Agora e sempre!

MOÇÃO DE APOIO AO PROJETO DE INICIATIVA POPULAR POR UM NOVO MARCO REGULATÓRIO PARA A MÍDIA

A União Nacional dos Estudantes sempre se pautou pela defesa radical da democracia e da liberdade de expressão, mas, para expressar a liberdade, é fundamental garantir o acesso de todos aos meios de comunicação.

Infelizmente, a mídia de massas no Brasil é controlada por poucas famílias que estão a serviço dos setores mais conservadores da sociedade. E mais: contrariando a legislação brasileira, estas empresas detém propriedade cruzada dos veículos de comunicação, enquanto o governo federal se esquiva do debate da renovação dos sinais de concessão de rádio e tv e segue destinando a maior parte das verbas publicitárias para estas empresas.

Neste contexto, a UNE se soma aos movimentos e fóruns a favor da regulamentação e democratização da mídia no país e convoca todos os estudantes a se mobilizarem por um Projeto de Lei de iniciativa popular que defina um novo e democrático o marco regulatório para a mídia brasileira. Unidos, alcançaremos mais esta vitória para democracia e para o país.

MOÇÃO DE REPÚDIO À ELEIÇÃO DO DEPUTADO MARCO FELICIANO PARA PRESIDENTE DA CDH DA CÂMARA DS DEPUTADOS

UM ERRO GROTESCO NA CASA DO POVO

O congresso coloca em cheque os avanços que puderam ser alcançados no último período elegendo, por 11 votos favoráveis e um branco, o pastor Marco Feliciano (PSC) presidente da Comissão dos Direitos Humanos (CDH). Para essa atrocidade acontecer muitos atores do congresso, nada anônimos membros dessa comissão, participaram seja por omissão ou por descaso.

Incompreensível que o novo representante das “minorias” que irá a partir de então receber e encaminhar investigações de abusos seja a mesma pessoa que os nega a gravidade e justifica as suas declarações homofóbicas dizendo entender de perseguição melhor do que ninguém por ser cristão, tentando justificar o injustificável.

É um retrocesso ter um “cidadão” como o pastor Marco Feliciano empunhando a bandeira da luta pelos direitos humanos dentro da casa do Povo. Que fique claro que toda a aversão dos setores em questão e declarações diversas de indignação com o fato pelas mais diferentes frentes de atuação da sociedade não está se dando pelo fato dele ser homem, hetero, branco e menos ainda por ser cristão. Mas sim pelo fato de ser intolerante, preconceituoso, racista,  homofóbico e despreocupado com as verdadeiras pautas que deveriam ser debatidas e tratadas numa comissão dos direitos humanos.

Os segmentos, ao qual cabe o debate intenso dentro desta comissão, não se sentem representados pelo Dep. Marco Feliciano, e entendemos como uma afronta aos avanços que tais setores conseguiram pautar e conquistar ao longo desses últimos anos, precisamos intensificar e engrossar as fileiras que ocupam as redes e as ruas exigindo: FORA Dep. Marco Feliciano da presidência da CDH!

Moção pela construção de espaços públicos de cultura e lazer para a juventude

O acontecido da boate Kiss ocorrido no dia 27 de janeiro de 2013, onde mais de 240 jovens perderam suas vidas, se relaciona com a necessidade de construir espaços públicos de cultura e lazer para a juventude. Jovens,entre eles, estudantes universitários, foram vítimas de uma grande negligência que veio a culminar no incêndio da boate Kiss, um espaço inadequado, inseguro e consentido pelos órgãos públicos.

Infelizmente, o poder público pouco ou nada tem feito para garantir acesso a cultura a essa parcela da população. Esta é uma realidade não apenas da cidade de Santa Maria, que possui um alto contingente juvenil, mas de boa parte de nosso país, onde osetor comercial é quem domina os espaços de cultura e lazer. O acesso ao direito de lazer e da diversão tem ficado a mercê do mercado e regido pela sua lógica da lucratividade.

As políticas de cultura são, ou deveriam ser, um direito da juventude e uma obrigação do poder publicode olhar para essa categoria que compõe uma parcela significativa da população, visto que vivenciamos uma situação de direitos não garantidos: o direito à cultura, ao divertimento, a experimenação, à cidade ou ainda á própria juventude.

Não podemos deixar que um acontecimento que levou sonhos e perspectivas de muitos jovens seja esquecido como se tudo estivesse bem. Por isso a União Nacional do Estudantes, defende que o Estado cumpra seu dever, não apenas de fiscalizar os espaços privados, mas de construir espaços públicos de cultura e lazer para a juventude. Também reivindicamos que as Universidades proporcionem estes espaços aos seus estudantes e à comunidade garantindo a implementação de um dos eixos do PNAES, que diz respeito a cultura para os estudantes universitários.

MOÇÃO DE REPÚDIO AO PIMESP

A União Nacional dos Estudantes sempre se pautou pela defesa intransigente da democratização do acesso ao ensino superior público através da expansão com qualidade das vagas nas universidades, do fim do vestibular e da política de cotas étnico-raciais e de cotas para estudantes de escolas públicas. Por entender, dentre outras questões, que o PIMESP apresentado pelo governo estadual de São Paulo não contempla este desafio, nos posicionamos contrariamente ao programa.

Entendemos que o arcabouço racista presente nas universidades paulistas historicamente afastou o ingresso de estudantes negros e negras do seu interior. A imposição de um college apenas para os estudantes cotistas é uma medida que cria um processo de discriminação negativa, inconstitucional, pois exige destes estudantes uma segunda etapa no processo de seleção para o ingresso na universidade ao qual os estudantes de escolas privadas não precisam atravessar, retardando o acesso do estudante cotista a universidade. O programa também é preconceituoso por subestimar a capacidade dos estudantes cotistas, visto que a própria experiência das cotas em outras universidades já demonstrou que seu desempenho acadêmico é equivalente ao dos estudantes ingressantes pelo vestibular tradicional.

Queremos cotas, não segregação!

Moção repúdio à violência da Policia Militar do Estado de Mato Grosso contra os estudantes

Repudiamos a ação da Policia Militar e da ROTAN do Estado de Mato Grosso, no dia 06 de março de 2013, contra os estudantes da Universidade Federal de Mato Grosso, que manifestavam pacificamente na Avenida Fernando Correa – Cuiabá, em defesa de mais assistência estudantil e contra o fechamento das casas de estudante alugadas pela UFMT. Os policias de forma truculenta, irracional e sem diálogo usaram do abuso de autoridade para agredir os estudantes com pancadas e tiros de balas de borracha.

A União Nacional dos Estudantes, historicamente defende o direito a liberdade de expressão e de reunião garantido pela Constituição Federal - e ações desmedidas como essa apenas representa o total despreparo desses agentes públicos contra militantes do movimento estudantil que tem um histórico de lutas pela democracia, pela soberania e em defesa das minorias sociais deste país.

Por este motivo, nos solidarizamos a luta por políticas que garantam a permanência dos estudantes de baixa renda na universidade e repudiamos esta atitude que fere os direitos humanos.

Solicitamos da Secretária de Estado de Justiça, Secretaria de Estado de Direitos Humanos e do Governo do Estado de Mato Grosso:

- Imediata punição administrativa e penal aos policiais militares que participaram da ação;

- Anistia para estudantes que estão cumprindo ação penal.